

CONFERÊNCIA

PALÁCIO DA JUSTIÇA

# PERDA DE BENS E RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS

Estado de direito, justiça criminal e cooperação  
judiciária internacional em matéria penal

25 de Setembro de 2018

Luanda | Angola



Organização



§  
PROJETO DE APOIO A  
CONSOLIDAÇÃO  
DO ESTADO DE DIREITO

[www.paced-paloptl.com](http://www.paced-paloptl.com)



CAMÕES  
INSTITUTO  
DA COOPERAÇÃO  
E DA LÍNGUA  
PORTUGAL  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Com o financiamento da União Europeia e do Camões, I.P.

PALOP-TL UE

IDENTIDADE COOPERAÇÃO DESENVOLVIMENTO



A temática da perda de bens e recuperação de activos inscreve-se como central na abordagem da justiça criminal, do Estado de direito e da cooperação internacional.

A vocação para gerar elevados proventos económicos é uma das principais características da criminalidade organizada, da corrupção e da criminalidade económica e financeira. Estima-se que, todos os anos, os países em desenvolvimento percam entre 20 e 40 biliões de dólares à custa da apropriação indevida de capital, suborno e outras práticas. Por isso, a repressão dessa criminalidade não será plenamente eficaz se não se voltar para a recuperação de fundos, isto é, dos bens e produtos gerados pelas actividades ilícitas, sob pena de para além de todos os questionamentos éticos e de justiça (“o crime compensa”), permanecerem os fluxos económicos e organizativos que permitem os diversos tráficos que estão inerentes a estas actividades: tráfico de influências, tráfico de capitais, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, etc..

A efectividade da justiça criminal, sobretudo no crime organizado, não se tornará uma realidade se, a par do sancionamento com as penas adequadas, os agentes criminosos não sofrerem o abalo económico resultante da perda a favor do Estado ou das vítimas dos bens ou produtos que hajam obtido.

Estes fenómenos criminais, para além de todas as outras consequências negativas do ponto de vista económico e social, colocam em causa a actuação do Estado na prossecução dos seus fins essenciais, pervertem os mecanismos de regulação e de efectividade das regras legais e, com isso, deslegitimam e corrompem o compromisso democrático entre o cidadão e os poderes públicos.

A concretização das políticas públicas necessárias nestes domínios, de forma a consolidar o Estado de direito, não pode deixar de ser integrada numa lógica de articulação institucional entre as várias instituições nacionais envolvidas mas também na dimensão de cooperação à escala da comunidade dos diversos países e nos demais domínios internacionais implicados.

# PROGRAMA

08:00H	Registo
09:00H-10:00H	Sessão de abertura
09:05H - 09:25H	Intervenção institucional Venerando Juiz Presidente do Tribunal Supremo, Dr. Rui Constantino Ferreira
09:25H- 09:40H	Discurso de Abertura: Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Manuel Monteiro de Queiroz
	<i>Pausa para Café (20 minutos)</i>
10:00H -10:15H	Apresentação da Coordenadora do PACED, Maria Teresa Santos
10:15H-12:00H	<b>1.º Painel: Recuperação de activos e Estado de direito</b> <b>A perda de bens e recuperação de activos em Angola</b> Orador: Manuel Bambi, Procurador da República (Angola) <b>Estado de Direito: patologias e controlos públicos</b> Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas e Consultor Científico do PACED (Portugal) <b>A perda de bens e recuperação de activos e a garantia dos direitos fundamentais</b> Orador: José Martinho Nunes, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo (Angola) <b>O regime de repatriamento de capitais. A lei angolana.</b> Orador: Por definir Debate (30 minutos) Moderador: João Manuel Lourenço, Advogado e Professor Universitário (Angola)
12:00H-13:30H	<b>2.º Painel: Recuperação de activos e cooperação internacional</b> <b>Perda de bens e recuperação de activos: uma abordagem comparada das novas respostas penais</b> Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED (Portugal) <b>O regime de perda alargada no âmbito da prevenção e repressão do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo</b> Orador: Itiandro Slovan Simões, Secretário para os Assuntos Jurídicos e Judiciários da Presidência da República (Angola) <b>Combate à lavagem de dinheiro na experiência comparada</b> Orador: Fausto De Sanctis, Juiz Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, São Paulo (Brasil) Debate (30 minutos) Moderador: Victorino Mário, Director Nacional de Resolução Extrajudicial de Litígios (Angola)
13:30-14:30H	<i>Almoço</i>
14:30-16:00H	<b>3.º Painel: Recuperação de activos e justiça criminal</b> <b>A prova e a garantia patrimonial na criminalidade económico-financeira</b> Orador: Júlio César Ferreira de Melo, Juiz Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Brasil) <b>Os meios de garantia patrimonial e a recuperação de activos na justiça criminal angolana</b> Orador: José Atanásio Alfredo, Director do Gabinete Jurídico dos Serviços de Investigação Criminal, Ministério do Interior (Angola) <b>Gestão da investigação e julgamento no branqueamento de capitais</b> Orador: Renato Barroso, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Évora (Portugal) Debate (30 minutos) Moderador: Ricardo João, Chefe do Departamento de Análise da Unidade de Informação Financeira (Angola)
16:00H	Encerramento



Financiado pela União Europeia (10º FED) e pelo Governo de Portugal, através do Camões, I.P., instituto também responsável pela execução, o PACED tem como objectivos a afirmação e consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, a prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular o tráfico de estupefacientes.

A sua intervenção centra-se na melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, no fortalecimento das capacidades institucionais e actualização dos procedimentos operacionais e no reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste.

Mais informações em [www.paced-paloptl.com](http://www.paced-paloptl.com)

### Com o apoio de:



Tribunal Supremo



Procuradoria-Geral  
da República



Ministério da Economia  
e Planeamento



Serviço de Investigação  
Criminal



Unidade de Informação  
Financeira



Banco Nacional  
de Angola

Esta publicação foi produzida no âmbito do PACED com o apoio da União Europeia e do Camões, I.P. Os seus conteúdos são da responsabilidade exclusiva dos seus autores e não podem ser entendidos como expressão das opiniões e das posições da União Europeia ou do Camões, I.P.